

## **PATRIMONIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA PROPOSTA PARA O “CAMINHO PARA OS ERVAIS”**

Cláudia Maria Sonaglio<sup>1</sup>  
Carlos Otávio Zamberlan<sup>2</sup>  
Carlos Busón<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A patrimonialização de territórios vem sendo uma alternativa para valorização de bens materiais e imateriais de forma a promover o desenvolvimento regional e local. Este artigo tem como mote propor a patrimonialização do território como estratégia de desenvolvimento para um conjunto de municípios do estado de Mato Grosso do Sul (Brasil), que em grande parte demonstram vulnerabilidade econômica e social elevada, em especial, aqueles localizados ao sul do estado. O processo de patrimonialização, discutido aqui, se vale de um antigo caminho que foi utilizado durante séculos, sendo um importante local para encontro de culturas e também para que espanhóis e portugueses, no período colonial, o utilizassem para ampliação de seus domínios. Por meio de um levantamento documental e bibliográfico buscou-se realizar uma discussão sobre o processo de patrimonialização de territórios trazendo exemplos reais, nacionais e internacionais, para posteriormente abordar a patrimonialização na região desse caminho real, tratado como “Caminho para os Ervais”. Conclui-se que existem possibilidades bem reais para patrimonializar o território do Caminho para os Ervais; no entanto, os desafios são significativos.

**Palavras chave:** Patrimônio. Cultura. Colonização. História. Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup>Doutora em Economia Aplicada. Universidade Federal de Viçosa. Professora do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [claudia.sonaglio@gmail.com](mailto:claudia.sonaglio@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [otaviozamberlan@gmail.com](mailto:otaviozamberlan@gmail.com)

<sup>3</sup>Doutor en Comunicación y Educación. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha. Pós-doutorando no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [cbuson@gmail.com](mailto:cbuson@gmail.com)

## PATRIMONIALIZATION AS A REGIONAL DEVELOPMENT STRATEGY: PROPOSAL FOR THE “CAMINHO PARA OS ERVAIS”

### ABSTRACT

The patrimonialization of territories has been an alternative for the valorization of material and immaterial goods in order to promote regional and local development. This paper aims to propose the heritage of the territory as a development strategy for a set of municipalities in the state of Mato Grosso do Sul (Brazil), which largely demonstrate high economic and social vulnerability, especially those located in the south of the state. The patrimonialization process discussed here uses an ancient path that has been used for centuries, being an important place for meeting cultures and also for Spanish and Portuguese in the colonial period to use it to expand their domains. Through a documentary and bibliographic survey, we sought to conduct a discussion about the process of patrimonialization of territories, bringing real national and international examples, to later approach the patrimonialization in the region of this royal path, treated as “Caminho para os Ervais”. It is concluded that there are very real possibilities to patrimonialize the territory of the Path to the Herbs; However, the challenges are significant.

**Keywords:** Heritage. Culture. Colonization. History. Development.

### 1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar uma linha de argumentos que sustentam a patrimonialização do território como uma estratégia de desenvolvimento. Segundo Hermet (2002) *apud* Silva (2011), desenvolvimento é um processo de mudança que visa elevar o bem-estar a partir do uso de todos os recursos do meio que até então eram pouco ou nunca utilizados. Isto é, deve-se priorizar além do econômico, inserindo neste campo as questões sociais, ambientais e culturais. Dentro deste aspecto, as questões culturais e sociais ganham relevância.

O processo de patrimonialização, isto é, atribuir aos objetos um valor e um sentido coletivo que pertença ao comum cria e reforça as questões territoriais. De acordo com Di Méo (2014), os objetos e lugares patrimonializados contribuem para tecer os territórios, concedendo a estes uma simbologia. Por sua vez, o território e as suas representações culturais atribuem expressiva dimensão identitária ao patrimônio, cristalizando valores culturais e também econômicos que estimulam os sistemas produtivos a ele relacionado. Neste sentido, a patrimonialização pode ser

uma alternativa de desenvolvimento regional que agrega valor econômico e ao mesmo tempo preserva ou forma uma identidade local.

Silva (2011) resgatando os escritos de Perez (2009) apresenta que o patrimônio cultural não está dotado de valor em si, porém há um processo de seleção e atribuição de valores pelos grupos sociais. Este processo de institucionalização da cultura reforça a patrimonialização como forma de ampliar o capital social e a formação da identidade regional. E, ao mesmo tempo, a partir da patrimonialização, surge uma estratégia de sobrevivência, com a “mercantilização” do patrimônio cultural.

As discussões sobre patrimônio ganharam relevância em meados do século XX e refletem um aprofundamento da noção do patrimônio e sua crescente vinculação ao território e aos cidadãos. Houve uma ampliação da dimensão dos bens a serem patrimonializados, destacando as dimensões imateriais e os ambientes rurais do quadro natural ou construído. Esses bens se integram ao espaço por laços sociais, econômicos ou culturais (TOMAZ, 2008).

O estudo dos territórios é desenvolvido pela geografia em diálogos com outras áreas, a exemplo da sociologia, ciência política e economia. Esta última, muitas vezes, se prende aos conceitos técnicos da estrutura produtiva sem integrar as questões políticas e culturais presentes no território. Segundo Haesbaert (2007), a vertente política se ocupa das relações espaço-poder e, assim, o território é concebido como o espaço delimitado e controlado, em geral pelo poder do Estado. A vertente cultural concebe o território a partir da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, ao cotidiano. O autor complementa que o território precisa ser visto de forma integradora a luz dos processos históricos e socioespaciais.

Segundo Dallabrida (2011), o território emerge do espaço através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais, ao longo do tempo. É uma construção histórica. Almeida (2019) argumenta que a construção de territórios ocorre pela combinação do interesse dos atores e de forças internas e externas. Assim, território é formado e moldado pelo clima, relevo, localização, cultura, hábitos, crenças, redes técnicas e de comunicação. Fatores esses que interferem em maior ou menor grau na modelagem do território.

A partir desta relação entre patrimônio e território, este estudo tem como objeto, valendo-se de métodos documental e bibliográfico, propor a patrimonialização do território como estratégia de desenvolvimento para um conjunto de municípios do estado de MS que em sua maioria apresentam significativa vulnerabilidade econômica e social, em especial, aqueles localizados ao sul do estado, em áreas de faixa de fronteira. Apesar dos múltiplos fatores que unem essas cidades, o que os conecta é um antigo caminho, utilizados desde a época pré-colonial, como ligação entre o norte e o sul.

O trajeto aqui denominado “Caminho para os Ervais” serviu ao longo dos séculos como via de entrada às novas culturas, algumas vezes oriundas do Norte e em outras do Sul. Há indícios de que durante a época pré-colonial o trajeto fazia parte da rede de comunicação local sendo um ramal na direção Norte-Sul entre o caminho *Peabiru*<sup>4</sup> que conectava o oceano Atlântico com o Pacífico, sendo possível recorrer desde o rio da Prata até o interior do continente. Tinha aproximadamente uns oito palmos de largura estando coberto por diversas espécies de gramíneas que impediam o crescimento de outras espécies vegetais, segundo se conta era utilizado pelos povos guaranis no seu caminho em busca do *Yvy Marae'y* ou *Tierra Sin Mal* (IVARRA ORTIZ; MACHADO, 2018; DIÁZ DE GUZMÁN, 1835).

De acordo com Busón e Zamberlan (2018), a denominação deste caminho está inspirado no mapa de 1876 (*Croquis da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay*) que expõe de forma clara a rede de caminhos que conectavam as primitivas populações locais e seu uso.

Para os espanhóis e portugueses, essas rotas constituíam caminhos reais nos quais as coroas espanhola e portuguesa recorriam para conhecer e ampliar seus domínios. Os caminhos eram as rotas de entrada ao continente, segundo Gadelha (2013). O caminho está localizado em um território que foi bastante disputado ao longo dos séculos entre os diferentes atores que se iam sucedendo. A sua situação geoestratégica permitia uma fácil circulação entre as bacias do Paraná e Paraguai entre diversos povos evitando a navegação pelos rios, que no período das chuvas tornava a navegação muito difícil como testemunham algumas crônicas

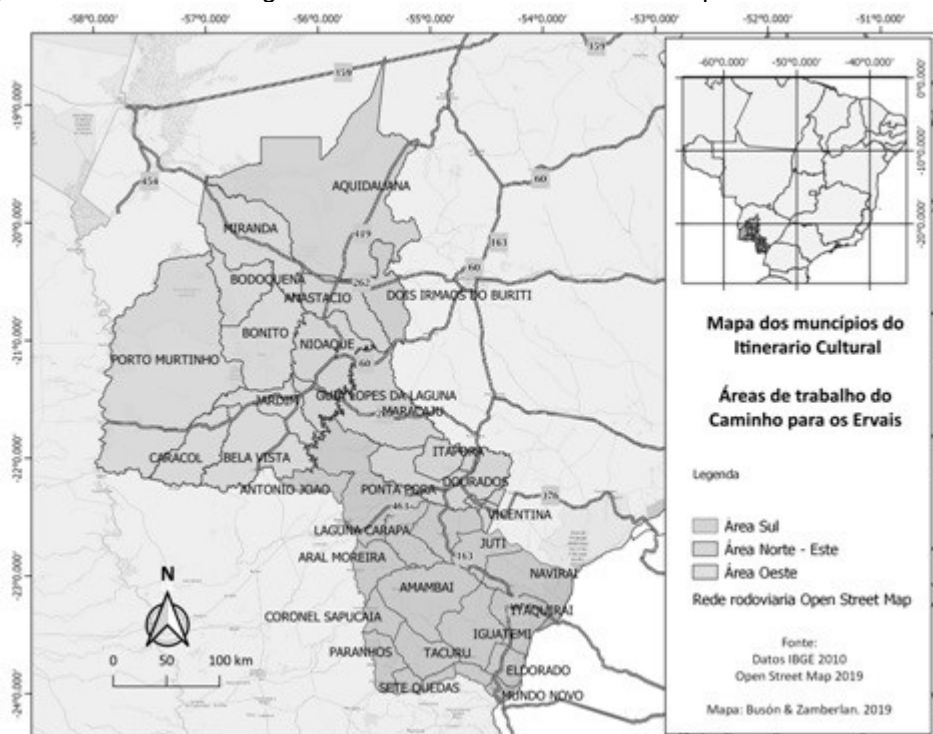
---

<sup>4</sup> Antigo caminho indígena utilizado antes do descobrimento que ligava o interior ao litoral.

da época. Além disto, há registros de uso deste caminho pelos povos originários desde épocas remotas.

Na Figura 1, observa-se a área de abrangência deste caminho que abarca um conjunto de 36 municípios do estado do Mato Grosso do Sul. Região que de acordo com os dados censitários abriga 702.235 habitantes em um território de 114.836 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Apesar da amplitude esta região registra uma densidade populacional de 6,1 pessoas por km<sup>2</sup>. Uma taxa extremamente baixa, com concentração primordial em área urbana.

Figura 1 – Área de abrangência do itinerário cultural Caminho para os Ervais.



Fonte: Dados IBGE 2010, Open Street Map e elaboração própria.

Pelo aspecto econômico de geração de produção, esse espaço é marcado por elevada heterogeneidade, pois reúne cidades que ocupam as primeiras posições no ranking de Produto Interno Bruto (ano 2015) estadual, como por exemplo Dourados (3<sup>a</sup>), Ponta Porã (5<sup>a</sup>), Maracajú (6<sup>a</sup>), ao passo que outros se classificam nas últimas posições (Coronel Sapucaia (63<sup>a</sup>), Juti (65<sup>a</sup>), Paranhos (70<sup>a</sup>) e Japorã (79<sup>a</sup>).

Ademais, quando se analisa a proporção de vulneráveis à pobreza, isto é, indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais,

observa-se que em média 42,51% da população encontram-se nesta condição, com rendimento médio de 141,15 mensais. Porém, algumas cidades têm índices alarmantes, com aproximadamente 70% da população vivendo nesta condição, com renda inferior a R\$ 88,00 mensais como o caso de Paranhos e Japorã (R\$ 74,99).

Neste cenário de heterogeneidade econômica, é possível estabelecer estratégias de desenvolvimento a fim de alavancar os sistemas produtivo, resgatando os aspectos culturais locais, permitindo o desenvolvimento no aspecto mais aspecto mais amplo do termo. Nas palavras de Silva (2011), a patrimonialização se torna positiva ao desenvolvimento quando um grupo, antes fora do eixo desenvolvido, usa seu patrimônio cultural, seja este ambiental, monumental ou imaterial (festividades, saberes, culinárias, etc.) como via de desenvolvimento social, econômico e cultural. Neste contexto, a patrimonialização e a criação de uma identidade com o local pode ser uma forma de promover o desenvolvimento, não a única, pois esses espaços carecem de muitos aspectos no sentido da geração de renda e melhoria das condições de vida.

Este texto está estruturado em três sessões, além desta introdução. Na primeira sessão trata-se das questões teóricas sobre patrimonialização do território e, na sequência, apresentam-se algumas evidências sobre a patrimonialização como vetor de desenvolvimento. Na quarta sessão discutem-se algumas potencialidades da região em análise. Por fim, são expostas as considerações finais.

## **2 QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A patrimonialização é um processo de incorporação de valores oriundos de uma construção histórica e sociocultural contidas num determinado espaço de uma sociedade, portanto, considera uma relação histórica e de formação cultural. Segundo Cara (2004), a patrimonialização é um processo voluntário que busca incorporar valores socialmente construídos, contidos no espaço e no tempo de um grupo social particular, ou sociedade, que vem a formar parte dos processos de territorialização, que alicerçam a relação entre território e cultura.

Martínez Yañes (2008) salienta que a fusão de massas patrimoniais no marco do território acentua uma importante dimensão econômica do patrimônio partindo de um novo enfoque sobre território e o patrimônio que o caracteriza. Isso se converte,

ou pode se converter, segundo a autora, numa série de políticas públicas que contemplam os bens culturais e naturais como instrumentos de diferenciação e caracterização regional transformando-os em valores que alicerçam a criação de infraestruturas para promoção do turismo e de outros recursos e produtos relacionados com o território, com o local e com a cultura. Essa valoração dos bens e sua posterior promoção pode impactar o ambiente socioeconômico regional, trazendo benefícios para as populações residentes e para as firmas ali instaladas ou que venham a usufruir do patrimônio que se desenvolve no território.

De acordo com Silva (2011, p. 16)

[...] a patrimonialização dos bens culturais busca inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e econômico. Ao se agregar valor econômico e simbólico aos bens culturais, há o reconhecimento e identificação da história e cultura da população local, a patrimonialização da cultura deve ser utilizada como meio e fim da valorização dos bens culturais, estes, ao assumirem sua posição simbólica serão canais de desenvolvimento social, econômico e cultural.

No entanto, o processo de ganhos sociais e econômicos, bem como culturais, não é imediato, pois a construção do patrimônio cultural e natural de um território é um processo que demanda passos bem delimitados. Inicia-se pela realização de um inventário de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis do território, passando por um processo de apropriação das comunidades, um processo de sensibilização, pois os residentes devem ter consciência do seu patrimônio criando um sentimento identitário e, posteriormente, ainda, é necessária uma estrutura institucional que proteja esse patrimônio, para que ele seja algo duradouro e que garanta um impacto positivo no território e em seus atores ao longo do tempo.

Esses processos de patrimonialização surgem a partir dos estudos da geografia social e cultural de duas escolas francesas, conforme aponta Cara (2005), que partem de correntes ideológicas opostas, mas que se encontram na definição de território, principalmente por considerá-lo um produto da ação situada e significativa. Para o autor, no campo da economia, a noção de patrimônio e patrimonialização é incorporada, buscada nas escolas francesas de geografia, o que ocorre também na França, e pela criação dos Polos de Economia do Patrimônio (PEP), onde o território é considerado como: i) um lugar de criação de recursos específicos, não apenas passivo, mas de criação de inovações que permite manter a atividade econômica

por meio da valorização da qualidade dos produtos e serviços oriundos do território; ii) um espaço valorizado para promoção regional, portador de vetores simbólicos, culturais e históricos que conferem a produção local um caráter específico.

Fora isso, os Polos de Economia do Patrimônio (PEP), conforme Virassamy (2002), criados em 1994 pela DATAR (Delegação Interministerial de Planejamento Territorial e Atratividade Regional/ *Délégation interministérielle à l'a ménagement du territoire et à l'attractivité régionale*), que objetivavam a utilização da diversidade patrimonial francesa como ferramental de desenvolvimento econômico, propõem uma política de valorização do território global e mais integrada, dentro de uma lógica de desenvolvimento durável que busca unir meio ambiente, desenvolvimento econômico e social. Essa forma sistêmica de ver o desenvolvimento econômico regional vai ao encontro dos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Pérez (2018) salienta que o processo de patrimonialização do território vem de uma evolução do conceito do que vem a ser patrimônio de uma sociedade, de um espaço, que antes era atribuído a uma obra da antiguidade, e hoje o território passa a ser visto como bem cultural, portanto, passível de patrimonialização. Essa constatação é reforçada por Zanirato e Ribeiro (2006), que salientam que o conceito “patrimônio cultural”, nos últimos anos, ganhou um peso significativo, pois partiu de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização avançando para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas, que fazem parte de um espaço.

Nesse tocante, para Cara (2004), o território tem uma relação estreita com elementos da cultura, principalmente, quando se coloca o construto identidade territorial, que demanda a necessidade de diferenciar-se dentro de um processo de identificar-se ou definir-se frente aos demais, por meio de uma busca se especificidades culturais próprias, transformando-as em valores identitários reconhecidos e, em determinadas circunstâncias transferíveis.

A patrimonialização de um território vem, então, imbuída da necessidade desse processo de apropriação, do coletivo, dos valores considerados próprios pela história e tradição. Com isso, há um transbordamento dos valores para um território. Esse passa a ser depositário legítimo desse rol de valores socioculturais e



históricos, podendo transferi-los aos seus habitantes e produtos por meio de programas de gestão e promoção territorial (CARA, 2004).

Com base nisso, percebe-se que a patrimonialização é um processo que parte de um inventário de bens materiais e imateriais culturais (folclore, tradições, artes, culinária, etc.), históricos e naturais, passando posteriormente por uma sensibilização do coletivo e finalizando em um aparato institucional de gestão e promoção do território. Pérez (2018) aborda esse processo separando-o em três eixos, um de determinação de infraestrutura, um referente à estrutura e um relativo à superestrutura.

A infraestrutura se refere ao esqueleto do processo de patrimonialização, a etapa de inventário e determinação dos componentes naturais e culturais, ou seja, a determinação dos vetores a ele relacionados, por exemplo, a arquitetura vernácula<sup>5</sup>, o patrimônio etnográfico<sup>6</sup>, as paisagens cotidianas, os elementos de expressão da cultura e do folclore. A estrutura é o processo de construção histórica, de apropriação coletiva dos valores culturais definidos na infraestrutura. E a superestrutura se refere ao processo institucional de patrimonialização, onde estão os processos de gestão e manejo do patrimônio incluindo leis, normas, ditames, meios de comunicação e promoção do território. Segundo Pérez (2018), a superestrutura se refere aos territórios políticos e os dois anteriores aos territórios geográficos. Sua união representa o processo de patrimonialização territorial.

### **3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA PATRIMONIALIZAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO**

Mas a patrimonialização possui casos que atestam sua importância para o desenvolvimento territorial? A patrimonialização de territórios possui exemplos que atestam sua importância para as regiões. A seguir busca-se apresentar alguns destes que comprovam que o processo de patrimonialização tem efeitos positivos na relação socioeconômica e cultural de diversos territórios.

---

<sup>5</sup>Arquitetura Vernacular é uma forma de construção que usa materiais locais, algumas técnicas tradicionais, tipologias regionais e adequada ao ambiente.

<sup>6</sup>Segundo o IPHAN o patrimônio etnográfico abrange tanto bens de natureza material quanto bens de natureza imaterial.

León (2008) traz o exemplo de Andaluzia, Espanha, que buscou patrimonializar o território, principalmente da região serrana das Serras de Aracena e Picos de Aroche. Estas serras possuem tradição em agropecuária, com especialização na pecuária de gado de corte. Também se faz importante a agroindústria alimentícia instalada. Todavia, são regiões que apresentam diversos municípios e alguns vazios populacionais. Estas regiões sofreram processos de patrimonialização com foco, especialmente, nos elementos ligados a natureza e paisagens, gerando Parques de Proteção ambiental, como no caso do Parque Natural da Serra de Aracena e Picos de Aroche. Os vínculos dos elementos culturais, econômicos e de natureza, fortalecem o turismo na região e os produtos locais, que passam a ser valorizados pelos turistas e, também pelas populações locais, que criam uma identidade com a região serrana, sendo chamados e conhecidos como serranos. Essa população também passa a priorizar produtos locais e auxiliam a economia pela circulação de renda na região.

Landel, Senil e Mao (2007) buscaram realizar um trabalho sobre a patrimonialização do território do Marrocos, mais especificamente o território de Tadla Azilal. Nesse trabalho, eles objetivaram apresentar um inventário do patrimônio dessa região, os principais atores envolvidos e os projetos que nasceram desse trabalho. O relatório traz que o patrimônio cultural e natural da região de Tadla Azilal favoreceu o desenvolvimento e o crescimento relativo do turismo rural. Essa dinâmica foi reforçada por muitos fatores, como mostram os autores (2007, p.109):

i) a especificidade de sua estrutura morfológica e geológica, pois faz parte de uma área montanhosa onde a paisagem é condicionada pela inclinação e pela altitude; ii) a criação do Geopark M'Goum, a primeira reserva geológica protegida de Marrocos, rica em valores naturais e culturais de um interesse excepcional; iii) a proximidade da cidade de Marrakech, o principal centro turístico de Marrocos; iv) a diversidade de paisagens (natureza exuberante, mas especialmente única, maciços uniformes, rios majestosos, lagos magníficos, florestas primárias, jardins verdejantes, paisagens de sonho [...]) e a riqueza histórica, cultural, arquitetônica e civilização (Kasba, aldeias fortificadas, celeiros, gravuras rupestres, artesanato, costumes e assim por diante [...]) exercem uma forte atração aos entusiastas da montanha e amantes do turismo cultural ou de aventura (LANDAL; SENIL; MAO, 2007, p.109).

Outra região em processo de patrimonialização e que já apresenta resultados também está no Marrocos, o Oasis de Tafilalet, considerado um território frágil e

vulnerável, localizado na província de Errachidia (província conhecida por seus oásis e dunas de areia e que se espalha por uma área de 60.000 km<sup>2</sup> no sudeste marroquino, com uma população de 556.612 habitantes, dos quais 65% vivem em áreas rurais e 35% em áreas urbanas). Conforme aponta Askour (2018), o Oásis de Tafilalet, é um dos territórios mais frágeis do país e, ao mesmo tempo, um dos mais ricos em termos de potencialidades naturais. Para o autor, o significado de vulnerabilidade está na presença de uma fraqueza, falta ou deficiência. Em relação ao território abordado, vulnerabilidade refere-se à ideia de que o espaço enfrenta uma ameaça de destruição ou alteração que pode retardar seu funcionamento e desenvolvimento e no contexto específico existe uma vulnerabilidade ambiental e socioeconômica.

Askour (2018) continua afirmando que a fórmula mais solicitada pelas autoridades públicas marroquinas para revitalização desses territórios em "falta de desenvolvimento" baseia-se na organização e desenvolvimento de setores sob a forma de aglomeração e trabalho em rede. Nesse caso, o incentivo às aglomerações propostas segue o modelo de SPL (Sistemas Produtivos Locais), onde o Estado intervém como catalisador da dinâmica de formação desses sistemas, apresentando um novo modelo de desenvolvimento, o estado acompanhante.

No Território do Oasis de Tafilalet desenvolveu-se um SPL voltado a produção azeite e de tâmaras, que tem seu desenvolvimento frente a assistência do Estado visando a evolução da cadeia feita por uma modernização das práticas agrícolas (irrigação com bombas de água, etc.) e o desenvolvimento de uma atividade relacionada, a saber, atividade turística. O turismo em Errachidia baseia-se em um potencial natural, geográfico e sócio-histórico significativo, incluindo ksour<sup>7</sup> e Kasbahs<sup>8</sup>, oásis, deserto, patrimônio cultural, paisagens montanhosas, que forma um outro SPL um SPL turístico, que auxilia na promoção dos produtos locais, não somente para a população residente, mas para exportação.

Os SPLs do turismo do território do Tafilalet seguem o modelo do SPL turístico de Merzouga, baseado na construção e implementação de um ecossistema de deserto de dunas onde a estrada Majhoul representa um de seus componentes essenciais (OUHAJOU; LMARIOUH, 2018; ABDERRAHMANE, 2018; ASKOUR,

---

<sup>7</sup>Aldeia fortificada de arquitetura Árabe.

<sup>8</sup>Cidadela cercada por muros de estilo Árabe.

2018). A estrada Majhoul (Rota Majhoul) representa uma alternativa para o desenvolvimento do ecoturismo em oásis, pois é um circuito turístico temático que originalmente evoluiu para uma marca de turismo territorial, da qual emergiu uma rede de atores locais que se formaram em associação de promotores de ecoturismo (ASKOUR, 2018).

A França também possui bons exemplos de patrimonialização do território, como o caso das Cidades e Terras da Arte e História (*VPAH – les villes et pays d'art et d'histoire*) que é um rótulo concedido pelo Ministério da Cultura Francês para localidades que se engajam na promoção e aprimoramento de sua herança artística e histórica. Está ligado a um compromisso técnico e financeiro por parte do Estado Francês e em contrapartida as autoridades locais se obrigam a desenvolver uma política de valorização patrimonial como visitas guiadas, exposições, serviços educacionais, turismo cultural, entre outras. Dentro dessa política é necessária a sensibilização da população local, com o propósito de iniciar o público jovem no processo de valorização da arte e da história, cultivar um turismo de qualidade e estabelecer uma política de comunicação em torno do patrimônio. Atualmente há uma rede de 196 cidades e localidades que são rotuladas e comprometidas com a arte e a história local, ou seja, com parcela importante do patrimônio (VPAH, 2019; LANDEL; SENIL; MAO, 2007; VIRASSAMY, 2002; SALVADOR; LÚCIO; FERNANDES, 2007).

Outro caso internacional que chama a atenção é o caso da Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana (PCCC), inscrita na lista de patrimônio mundial da UNESCO desde 2011, esta contempla uma área principal de 141.129 hectares e uma zona de influência de 207.000 hectares, abarca 4 departamentos (Estados) e 47 municípios, na zona principal, e mais 4 municípios na zona de influência. A PCCC possui diversas instituições vinculadas no processo de gestão (agrárias, ambientais, culturais, acadêmicas, turísticas, etc). Os resultados da PCCC mostram um caminho de sustentabilidade patrimonial, cultural e produtiva. Uma valorização da região por meio do turismo de qualidade e também do produto café, que passa a ser reconhecido mundialmente pela sua qualidade e sabor (CARDONA, 2016).

Há experiências também no Brasil do processo de patrimonialização, porém o foco principal do processo é o resgate dos patrimônios a fim de preservação e não como uma estratégia de desenvolvimento. Contudo, é possível encontrar registros

da experiência mineira com a criação de projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social das regiões do Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Os quais a partir da criação de museus a fim de atrair turistas e investimentos para estas regiões carentes de recursos, visam promover o desenvolvimento com a preservação da cultura e história local, fortalecendo o senso de pertencimento.

#### **4 DESAFIOS DO CAMINHO PARA OS ERVAIS**

Todo processo de patrimonialização deve passar por fases específicas que remetem a desafios distintos. Um dos primeiros desafios para o processo de patrimonialização do território por onde se estende o “Caminho para os Ervais” está nos bens materiais e imateriais a serem valorados. É importante, além de verificar pontos naturais que podem ser utilizados, relacionados à paisagem, fazer um levantamento de personagens históricos que estiveram ou de alguma forma visitaram ou influenciaram a região. Sabe-se que durante a Guerra Guaçu (ou Guassu) estiveram presentes no território o próprio Francisco Solano Lopez (1827-1870), que percorreu parte desse caminho na sua retirada até onde é Cerro Corá, local onde foi morto, pelas tropas brasileiras comandadas por Conde D’Eu (1842-1922), também um personagem importante que esteve na região, e a guerra se encerrou.

A passagem de personagens históricos na região dá um caráter de importância, da mesma forma que os acontecimentos históricos da formação do território, como o caso específico da Guerra Guaçu/Guassu (Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai), também o faz. Poucos sabem que o segundo presidente do Brasil, Floriano Vieira Peixoto (1839-1895) participou desse último enfrentamento, e segundo contam levou como lembrança a manta do cavalo de Francisco Solano López. Por quais meios essas memórias podem vir a aflorar e serem disseminadas ao ponto de valorizar o lugar? É sabido que em tempos mais remotos, nas expedições de limites do Império Espanhol e Português, personagens importantes da História, como Félix de Azara, estiveram no território (BUSON; ZAMBERLAN, 2018). A busca por documentação que comprove a estada ou passagem de personagens assim como de acontecimentos históricos que marcam de alguma

forma a história e o território é um desafio a ser enfrentado, também sua divulgação e sua valorização no coletivo dos residentes, em um processo de apropriação dos elementos históricos e culturais que caracterizam o território e lhe atribuem valor.

O levantamento de bens naturais e paisagísticos também é um desafio, mas não somente eles, mas também as relações entre os elementos geomorfológicos (planícies, morros, cerritos, rios, etc.) e os acontecimentos históricos que podem ser fruto de contos e lendas regionais que formam a cultura e o folclore. Isso também pode ser lembrado ou construído, sendo incorporado nos elementos que trazem valor ao lugar. Para isso é necessária uma equipe de pesquisa multidisciplinar que organize uma agenda de estudos para que isso tudo seja levantado catalogado relacionado e posteriormente transformado em meios que possam ser transmitidos para as populações locais e externas.

Depois do processo de levantamento e correlação entre paisagens e elementos geomorfológicos com processos sócio-históricos é, ainda, possível, e talvez necessário criar uma estrutura em determinados pontos, bem como estabelecer rotas de visita para disseminação das descobertas, mostrando que o território possui riquezas históricas, culturais e paisagísticas, podendo ainda, associar isso à produtos e serviços, criando um sistema produtivo local e específico, único, pertencente ao território, que para acessá-lo, é preciso vir até ele, promovendo, em um determinado período um sistema produtivo turístico. Isso é um desafio do processo de patrimonialização do território do “Caminho para os Ervais”.

Outros desafios estão ligados aos processos de apropriação da comunidade residente, que demanda ações contínuas de sensibilização, desde a população em tenra idade até aqueles já mais influentes na sociedade. Isso demanda, também, ações educacionais e de pesquisas que se baseiam em redes sociais, buscando identificar atores sociais que possam disseminar informações e que sejam considerados pela sociedade local, para fins de credibilidade do que se transmite. Esse é um processo de buscar criar na sociedade um sentimento de identidade com o território, uma apropriação por parte dela dos elementos que caracterizam o território e que a ele dão valor.

Outro desafio está vinculado a superestrutura, no envolvimento dos atores e instituições, incluindo as instituições governamentais nas diversas esferas de poder, desde o municipal ao federal, para fins de criar uma estrutura institucional, de

normas, leis, diretrizes para preservação da cultura, do ambiente natural, da arquitetura, enfim, dos patrimônios do território. Também está nessa fase a necessidade de criação de uma estrutura de manejo, governança do território, onde se estabeleça metas e ações com captação de recursos para proporcionar a continuidade do trabalho de patrimonialização sua preservação e ampliação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de patrimonialização não é algo a ser feito em pouco tempo e depende de longo estudo das potencialidades de um dado território, considerando diversos aspectos, como ambientais, culturais, arquitetônicos, históricos, entre outros. O “Caminho para os Ervais” possui autenticidade histórica e é caracterizado por diversos eventos sócio-históricos que podem ser elementos de patrimonialização. Além disso, o caminho perpassa uma ampla região do estado sul-mato-grossense e que ao longo da história foi palco de eventos importantes, como a Guerra Guassu (Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai), e teve a presença de personagens históricos como Conde D’Eu e Solano Lopes.

O vínculo de eventos, personagens e lugares podem ser objeto de criação de estruturas a serem patrimonializadas e isso é um grande desafio para o processo de patrimonialização da dita região, pois demanda pesquisas e associações que estabeleçam esses vínculos e que possam ser futuramente exploradas como um bem de valor regional. Visto isso, percebe-se que a patrimonialização é um processo complexo e que demanda um trabalho sagaz e coordenado entre diversos agentes de modo a ter uma clara infraestrutura, uma sociedade consciente e um aparato institucional condizente com as necessidades de desenvolvimento do território, incluindo-o como patrimônio.

Vê-se claramente que a patrimonialização de território é uma estratégia de desenvolvimento territorial e que vem sendo utilizada para esse fim, promovendo regiões, pessoas, lugares, natureza, produtos, e sistemas produtivos, como por exemplo, o sistema do turismo. Frente a isso, a região do “Caminho para os Ervais” no estado de Mato Grosso do Sul, pode se valer desse processo como meio de desenvolvimento regional e sustentável. No entanto, existem desafios significativos e que demandam ações de pesquisa, extensão, planejamento e manejo territorial.

Este estudo abre a possibilidade de vários outros para que se possa ter subsídios para o processo de patrimonialização do território da franja oeste sul do Mato Grosso do Sul, onde passa a rota “Caminho para os Ervais”, buscando associar fatos históricos a lugares e a pessoas, buscando entender acontecimentos, levantando bens materiais e imateriais nos diversos municípios que de alguma forma sofrem influência ou são diretamente ligados ao “Caminho para os Ervais”.

## REFERÊNCIAS

ABDERRAHMANE, Oujamaa. Consommation du patrimoine hydraulique par les activités touristiques: Cas de La Haute Vallée du DRAA. **Numéro de la revue. DIGITAR 5**, 2018.

ALMEIDA, Giovana. G. F. **Marcas e territórios**: a construção simbólica de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul: The Hepl, 2019.

ASKOUR, Khadija. Développement d'un écosystème territorial d'innovation sociale dans les zones touristiques vulnérables au Maroc: Cas des territoires oasiens. **Numéro de la revue. DIGITAR 5**, 2018.

BUSON, Carlos; ZAMBERLAN, Carlos O. Rescate de caminos históricos como pauta de desarrollo sostenible. El camino para los yerbales, una ruta cultural de integración binacional. **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 2, n. 1, p 11-16, abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteiracidania/article/view/2625>> Acesso em: 20 out. 2019.

CARA, Roberto B. Patrimonialización de valores territoriales. **Aportes y Transferencias**. v. 2, a. 8, p. 11-24, 2004.

CARA, Roberto. B. Reflexiones em torno a La mediación cultural Del desarrollo territorial. In: BULNES, Mabel C. de y CARA, Roberto Bustos. **La cultura en Cuestión**: estudios interdisciplinarios Del sudoeste bonaerense. Bahia Blanca: Universidad Nacional del Sur – Ediuns, 2005.

CARDONA, Fábio R. (Coord.) **La caficultura como patrimônio cultural y productivo**. Paisaje Cultural Cafetero de Colombia: cinco años como patrimonio mundial. Manizales: Ministério de Cultura: Federación Nacional de Cafeteros, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento**: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011, p. 15-38.



DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, n. esp. 1, p. 03 – 23, dez. 2014.

DIÁZ DE GUZMÁN, Ruy. **Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata** / escrita por Ruy Díaz de Guzmán, en el año de 1612. Edición digital a partir de Pedro de Angelis, Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata. Tomo Primero, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1835. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc9c6w2>>. Acesso em: 20 out. 2019.

GADELHA, R. M. (2013) **Jesuítas portugueses no Paraná**: uma contribuição para a história da expansão territorial do Brasil. Portuguese Jesuits in Parana: A historical contribution to the study of the territorial expansion of Brazil. IHS. Antiguos jesuítas em Iberoamérica, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5576261>>. Acesso em: 20 out. 2019.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 4 out. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/geoserver/web/>>. Acesso em: 4 out. 2019.

IVARRA ORTIZ, Rosalvo; MACHADO, Almiros Martins. Na estrada da terra sem mal guarani: história, memória e cosmologia. **Faces da História**, Assis, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 244-261, jul./dez., 2018.

LANDEL, Pierre-Antoine; SENIL, Nicolas, MAO, Pascal. Etude sur les polders d'économie du patrimoine diagnostic stratégique des ressources patrimoniales de la région de Tadlaazilal. **Rapport Diagnostic Provisoire, Phase 1**, halshs-01387639, 2007.

LEÓN, Elodia Hernandes. De parques naturales a parques urbanos: turismo y patrimonialización Del territorio em áreas protegidas. In: BELTRAN, Oriol et al. **Patrimonialización de La naturaleza**: El marco social de las políticas ambientales. Ankulegian antropologia elkartea, 2008.

MARTÍNEZ YANES., C. Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio. **Cuad. Art. Gr.**, n. 39, p. 251-266, 2008.

OUHAJOU, Lakbir e LMARIOUH, Ali. La prospectiveteritorialeauservedu patrimoine asié: cas des oasis de Tafilalet. **Numéro de la revue. DIGITAR 5**, 2018.

PÉREZ, R. S. La patrimonialización de los territorios: una cuestión de miradas y de escalas. **Grupo de Toledo**. Barcelona, 2018.

SALVADOR, Regina; LÚCIO, José e FERNANDES, André. Pólos de economia do patrimônio: uma estratégia de valorização territorial. In: CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA; 6. 17-20 out. 2007. Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa, 2007.

SILVA, S. S. Patrimonialização e Desenvolvimento. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS (CODE), 2011. **Anais [...]**. IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

TOMAZ, P. M. de C. Patrimônio cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA; 10. 2008, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona, 2008.

VIRASSAMY C. Les pôles d'économie du patrimoine. **Territoires 2020**, Revue d'étude et de prospective, n. 4, p. 79-89, 2002.

VPAH – Les Villes et **Pays d'art et d'histoire**. Disponível em <<http://www.vpah.culture.fr/france/france2.htm>>. Acesso em: 12 out. 2019.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

**Artigo recebido em: 15/12/2019**

**Artigo aprovado em: 18/02/2020**

**Artigo publicado em: 02/03/2020**